

HABEAS CORPUS Nº 515.286 - MS (2019/0167689-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : JANETE ORTIZ DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JANETE ORTIZ DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (HC n. 1405812-67.2019.8.12.0000).

Segundo consta dos autos, a paciente foi presa em flagrante no dia 11/10/2017 (prisão convertida em preventiva) e foi denunciada pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, Inciso II, do Código Penal Brasileiro, porque (e-STJ fl. 92):

"(...) no dia 11 de outubro de 2017, por volta das 07h30, na Avenida Adjalmo Saldanha, esquina com a Rua Olavo Bilac, bairro Fleck, nesta cidade, a denunciada JANETE ORTIZ DOS SANTOS, de forma voluntária e ciente da ilicitude de sua conduta, agindo com vontade de matar, utilizando-se de uma arma branca (tipo faca), matou a vítima Cristiano Correia da Silva, desferindo-lhe diversos golpes que provocaram os ferimentos descritos no Laudo Necroscópico às fls. 40-42, causa de sua morte ".

A defesa formulou pedido de liberdade provisória da paciente. O Juízo singular, contudo, indeferiu o pleito (e-STJ fls. 60/61).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, que há excesso de prazo para formação da culpa, pois embora já tenha sido pronunciada, encontra-se presa desde 11/10/2017. Sublinhou que estão ausentes os requisitos necessários para a manutenção da

custódia preventiva da paciente.

O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 99):

EMENTA - HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - EXCESSO DE PRAZO - PRONÚNCIA - SÚMULA N 21, STJ - ORDEM DENEGADA

Não há ocorrência de excesso de prazo, uma vez que o processo foi remetido à Segunda Instância para apreciação de Recurso em Sentido Estrito. Aplicação da Súmula 21 do STJ "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".

Com o parecer. Ordem denegada.

Na presente oportunidade, a defesa reitera que há excesso de prazo para formação da culpa, pois a paciente encontra-se presa desde 11/10/2017, sem que haja previsão de data de julgamento pelo Tribunal do Júri. Sublinha que a Súmula de n. 21 desta Corte deve ser mitigada.

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial, visando a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque, cumpre asseverar que o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição

realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, o que não se verifica, de plano, na espécie, sendo necessário aguardar a vinda de mais informações.

Inclusive, segundo o Tribunal de origem (e-STJ fl. 101):

(...). Por outro lado, não logrou a impetrante demonstrar qualquer desídia da autoridade apontada como coatora a justificar eventual reconhecimento de excesso de prazo.

Trata-se de paciente pronunciada e que está presa preventivamente, sendo que o feito foi encaminhado à Segunda Instância para julgamento do Recurso em Sentido Estrito.

Ademais, em consulta ao Sistema SAJ, constato que o referido recurso foi recentemente julgado, em 28/03/2019, e os autos foram baixados à origem em 21/05/2019. (...).

Ademais, a ré já foi inclusive pronunciada e, nos termos da súmula 21 desta Corte, a alegação, portanto, encontra-se superada.

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada ilegalidade. Vale ressaltar, ademais, que o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

